

QUANDO A VIOLÊNCIA VIRTUAL NOS ATINGE: OS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PARA A SUPERAÇÃO DO CYBERBULLYING E OUTRAS AGRESSÕES VIRTUAIS

CUANDO LA VIOLENCIA VIRTUAL EN LOS ATENCIÓN: LOS PROGRAMAS DE EDUCACIÓN PARA LA SUPERSIÓN DEL CYBERBULLYING Y OTRAS AGRESIONES VIRTUALES

WHEN VIRTUAL VIOLENCE HAS ACHIEVED US: EDUCATION PROGRAMS FOR CYBERBULLYING EXCERPT AND OTHER VIRTUAL AGGRESSIONS

Thais Cristina Leite BOZZA¹
Telma Pileggi VINHA²

RESUMO: A presente pesquisa bibliográfica, do tipo Estado da Arte, teve como objetivo descrever e analisar programas educativos que visam a prevenção e redução da cyber agressão. A princípio utilizamos as bases de dados Scielo, Bvs, Eric, Apa Pshyc Net e Bireme, para buscar artigos científicos publicados em periódicos, no período de 2000 a 2015; contudo, a partir do critério de selecionarmos somente os estudos empíricos que continham informações suficientes sobre os programas, foi encontrado um número reduzido de artigos. Ampliamos nossas buscas e selecionamos 19 fontes, que foram utilizadas para descrever 5 programas educativos: PRIRES, CYBERTRAINIG, KIVA, CONRED E BEATBULLYING. Os programas foram descritos a partir das categorias: objetivo, referenciais teóricos, características, conteúdos, atividades e avaliação; e analisados à luz da perspectiva construtivista, visando identificar se as práticas são favoráveis ao desenvolvimento da autorregulação moral dos alunos. Os resultados obtidos indicam que o programa PRIRES foi o que mais atendeu aos nossos critérios de análise. Acreditamos na relevância da presente investigação, uma vez que apresentamos as características das diversas facetas da agressão virtual, bem como analisamos as intervenções educativas presentes na literatura para prevenir e reduzir a incidência destes problemas, trazendo implicações que podem embasar ações futuras nas escolas brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Agressão virtual. Cyberbullying. Educação. Prevenção.

RESUMEN: *La presente investigación bibliográfica, del tipo Estado del Arte, tuvo como objetivo describir y analizar programas educativos que apunte a la prevención y reducción de la ciber agresión. Al principio utilizamos las bases de datos Scielo, Bvs, Eric, Apa Pshyc Net y Bireme, para buscar artículos científicos publicados en periódicos, en el período de 2000 a 2015; Sin embargo, a partir del criterio de*

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas – SP – Brasil. Doutoranda em Educação na área de Psicologia. Membro do GEPEM – UNESP/UNICAMP. E-mail: thaisbozza@hotmail.com

² Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas – SP – Brasil. Professora do departamento de psicologia educacional da UNICAMP. Membro do Laboratório de Psicologia Genética da UNICAMP e líder do GEPEM – UNESP/UNICAMP. E-mail: telmavinha@uol.com.br

seleccionar solamente los estudios empíricos que contenían informaciones suficientes sobre los programas, se encontraron un número reducido de artículos. Ampliamos nuestras búsquedas y seleccionamos 19 fuentes, que fueron utilizadas para describir 5 programas educativos: PRIRES, CYBERTRAINING, KIVA, CONRED Y BEATBULLYING. Los programas se describieron a partir de las categorías: objetivo, referencias teóricas, características, contenidos, actividades y evaluación; Y analizados a la luz de la perspectiva constructivista, buscando identificar si las prácticas son favorables al desarrollo de la autorregulación moral de los alumnos. Los resultados obtenidos indican que el programa PRIRES fue el que más a nuestros criterios de análisis. Creemos en la relevancia de la presente investigación, ya que presentamos las características de las diversas facetas de la agresión virtual, así como analizamos las intervenciones educativas presentes en la literatura para prevenir y reducir la incidencia de estos problemas, trayendo implicaciones que pueden basar acciones futuras en las escuelas brasileñas.

PALABRAS CLAVE: *Agresión virtual. Cyberbullying. Educación. Prevención.*

ABSTRACT: *This bibliographical research, as Art State, which had as main point to describe and analyze educational programs, which try to prevent and reduce cyber aggression. To begin, we would use data basis as Scielo Bvs, Eric, Apa Phyc Net and Bireme, to look for scientific articles published from 2000 to 2015; otherwise, selecting empiric studies, which contain enough information about the programs, we decided to stay with them, and we had not found enough studies only about what we wanted in the data basis. We also got about our researches in books, thesis, essays and websites. Finally, it is composed by 19 fonts, used to describe five educational programs: PRIRES, CYBERTRAINING, KIVA, CONRED AND BEATBULLYING. The programs were described from categories: objectives, theoretical references, characteristics, contain, activities and tests; and analyzed in the point of view of moral psychology from Piaget, looking to identify if the practical are positive to students' development and moral self-regulation. The results indicate that the PRIRES program corresponding to our analysis criteria. We believe the importance of the present investigation, because we presented the characteristics from many faces of virtual aggression, also, we analyzed educational interventions presented in literature to prevent and decrease these kinds of problem, by bringing implications that could base future actions to Brazilian schools.*

KEYWORDS: *Virtual aggression. Cyberbullying. Education. Prevention.*

Introdução

O momento histórico que vivemos atualmente, denominado de pós-modernidade, apresenta algumas características que implicam em mudanças significativas provocadas e vivenciadas pelo homem. Entre elas, a globalização e o advento da tecnologia, que desencadearam tantas outras maneiras de relacionarmos-nos na atualidade.

Uma época marcada por incertezas, pelo imediatismo, pelo consumo, pelo hedonismo, pela exacerbação do individualismo, pela liquidez das relações, pela apologia à beleza, à forma física e à juventude; pelo espetáculo, pelo sucesso e fama a qualquer preço. Contudo, é também um momento assinalado por maior aceitação de novos tipos de relacionamentos e de configurações familiares; por uma nova forma de convivência, a virtual, e pelo surgimento de novas tecnologias, que entre outras características permitem: o acesso em tempo real às notícias e acontecimentos mundiais, o comércio virtual, as interações sociais por meio das redes virtuais, o ensino a distância, o compartilhamento instantâneo de dados (imagens, sons, vídeos, fotos, filmes etc.), etc.

Neste contexto atual há um novo e extenso espaço em que muitos de nós estamos convivendo, denominado ciberespaço. Não se trata de um local físico, tampouco de um espaço tocável, mas virtual, onde circulam dados originados pelas novas tecnologias de informação e comunicação, as TIC (Tecnologias de Comunicação e Informação). Tal ambiente possibilita novas formas de interação entre indivíduos, intermediada pelo que conhecemos como Internet. Atualmente os dispositivos móveis, como smartphones e tablets, são os principais meios utilizados para acessar internet (IBGE, 2014) e já fazem parte da vida de parte da população mundial. É comum observarmos, principalmente nos grandes centros urbanos, as pessoas portando esses dispositivos móveis, que permitem a inserção nesse “mundo paralelo”, o virtual.

Ao adentrarmos nessa dimensão temos acesso a infinitas possibilidades, desde a interação e a comunicação com qualquer internauta, de qualquer parte do mundo, até a possibilidade de construirmos conhecimento e formarmos opiniões, utilizando ferramentas online. Por outro lado, a possibilidade de anonimato e a rápida propagação dos conteúdos online para grandes audiências, são algumas das características que fazem do ciberespaço um ambiente vulnerável. Ademais, é crescente o número de casos envolvendo novas formas de agressão presentes neste ambiente. Há vários tipos de desrespeito coexistindo no meio virtual. Contudo, não há consenso sobre suas características e denominações, e, a cada dia, surgem outras formas de ações violentas na rede que apresentam nuances diferentes.

O termo agressão virtual geralmente é utilizado para designar a agressão de forma ampla, quando há a intenção de causar um dano a uma pessoa, utilizando, para isso, a internet e as redes sociais. Há, no entanto, alguns subtipos dessa forma de violência. O termo cyberbullying, por exemplo, tem sido usado para designar a maioria

dos atos agressivos no ciberespaço (GRIGG, 2010). Ainda que se assemelhe a outras formas de agressão virtual, apresenta algumas particularidades. A principal característica que diferencia o fenômeno dos demais é o fato de que corresponderem a ações violentas e intencionais entre pares. No caso das agressões que ocorrem entre sujeitos que não têm o mesmo poder de influência (autoridade) uns sobre os outros, como, por exemplo, entre um professor e um aluno, chamamos de cyber assédio. Essa diferenciação é utilizada apenas para informação, uma vez que as relações na internet são mais horizontais se comparadas às do meio presencial.

O cyberstalking consiste em usar ferramentas tecnológicas para perseguir uma pessoa, de modo que o stalker intenta exercer controle sobre a vida da vítima (TRUZZI, 2009). As cyberthreats são as intimidações diretas, altamente angustiantes, que fornecem indícios de que a pessoa está emocionalmente perturbada e disposta a prejudicar fisicamente alguém, a si próprio, ou até cometer suicídio (WILLARD, 2007). A provocação no meio virtual recebe o nome de cyberteasing e a característica que a diferencia das demais é que nesse caso não há a intenção de prejudicar outra pessoa; contudo, o receptor percebe a “brincadeira” como um ataque agressivo, caracterizando a provocação (VANDEBOSCH; CLEEMPUT, 2008).

O termo trollagem é bastante utilizado no meio online, e deriva da expressão "trolling for suckers" (lançar a isca para os trouxas) e consiste em atormentar internautas por meio de ofensas, apenas para deixá-los nervosos ou indignados (NICOL, 2012). O tipo de agressão que vem ganhando destaque no mundo todo pelo aumento da sua incidência, principalmente entre os jovens, é o sexting, caracterizado pelo compartilhamento de conteúdo erótico, os “nudes” (ou de vídeos contendo gravações de atividades sexuais), sem o consentimento da vítima. Outra ação que tem crescido na internet é o shaming, que pode ser compreendido também como linchamento virtual, ou vergonha pública massiva. São, geralmente, ofensas, julgamentos de valor e intolerância desmedida que visam constranger e ridicularizar os alvos publicamente. Em casos em que o alvo cometeu algum ato cruel ou desrespeitoso, a massa agride o suposto transgressor com avalanches de mensagens hostis na internet até obter seu “assassinato virtual e social”.

Como vimos, as agressões online possuem características distintas. No entanto, ainda que sejam fenômenos diferentes, são ações marcadas pela crueldade e possuem um elemento moral comum: o desrespeito. Todas provocam consequências terríveis

para quem sofre, portanto, a diferenciação dos conceitos se dá para que possamos compreender o contexto.

Refletindo sobre a realidade brasileira, sabemos que hoje há um aumento da incidência desses e outros problemas decorrentes do mau uso da tecnologia, e que eles têm afetado a vida de muitos. E, se é verdade que o número de conflitos dessa natureza cresce assustadoramente em tempos atuais, na escola não é diferente. São muitos os casos que chegam a nós de alunos que sofrem, que têm a intimidade exposta, que são humilhados; outros utilizando a tecnologia para agredir, ofender, e até criar novos meios para expor a intimidade alheia, sem serem “pegos”; outros ainda assistem calados ao desrespeito ao outro, ou ajudam a replicar o conteúdo online ofensivo. Professores e pais também não saem ilesos dessas situações.

Esses problemas acabam inevitavelmente refletindo na escola, uma vez que a entrada da internet e dos dispositivos móveis em nossas vidas não permite mais a separação entre espaço real e espaço virtual. Contudo, mesmo vivenciando a reincidência de agressões virtuais entre alunos, geralmente grande parte de nossas instituições educativas enfrentam tais situações utilizando estratégias pouco eficazes, que funcionam como respostas aos problemas cibernéticos, não atuando, portanto, sobre as causas, de forma preventiva e pedagógica. Não raro, as ações da escola ocorrem depois que o conflito ocorreu. Entre as mais utilizadas sobressaem-se as mesmas punições utilizadas na gestão dos conflitos no âmbito presencial, tais como os castigos, reprimendas verbais, advertências e suspensões, e, acrescentamos: a insistente proibição do uso de celulares. Há ainda ações que acabam terceirizando o problema para outras instâncias resolverem, como, por exemplo, encaminhando os casos para a família, justiça, polícia, psicólogos ou especialistas (VINHA; TOGNETTA, 2009).

Quando temos o conhecimento de ações formativas, geralmente são projetos pouco sistematizados ou não institucionalizados. Realiza-se, por exemplo, “a semana de combate ao cyberbullying”, ou palestras com advogados e especialistas, ou ainda implantam-se projetos pontuais decorrentes de iniciativas individuais e isoladas (de apenas um ou alguns professores). São ações que pouco contribuem de fato para a superação dos problemas de âmbito virtual, uma vez que geralmente são, em sua maioria, desenvolvidas por curto espaço de tempo; podem ter, muitas vezes, um caráter legalista; são propostas pautadas principalmente no senso comum, uma vez que há ausência de formação de professores nessa área; não visam a melhoria da convivência

respeitosa tanto no espaço virtual, quanto presencial; e ainda são experiências isoladas, não se caracterizando, portanto, como um programa da instituição escolar.

Ademais, devemos destacar a maneira como a maioria das escolas lida com o uso da tecnologia em sala de aula. Ainda que os dispositivos eletrônicos, como celulares e tablets, estejam presentes no cotidiano dos alunos e acabem inevitavelmente adentrando a escola, não são, muitas vezes, utilizados em sala de aula, nem como ferramenta de aprendizagem, nem como conteúdo a ser trabalhado e discutido. O que queremos dizer com isso é que o uso de celulares e internet faz parte da vida dessa geração atual, mas muitas escolas não se valem desses instrumentos como parte do trabalho pedagógico, como mediadores da construção do conhecimento, utilizando-os como ferramenta de busca de respostas, de pesquisa, de compartilhamento de informações, ambientes de aprendizagem; tampouco os utilizam como objeto de estudo, ou seja, não promovem uma discussão e reflexão com os alunos sobre o uso consciente e seguro desses aparelhos, da internet, dos aplicativos, de jogos ou das redes sociais.

Negar a existência ou proibir o uso desses equipamentos em sala de aula, como fazem muitas escolas brasileiras, não é uma ação educativa, e denota não ser levado em conta o que é significativo, ou até mesmo essencial, para a formação dessa geração atual. Isso resulta, inevitavelmente, em um distanciamento entre a escola e os “nativos digitais”³, além de não favorecer a formação de “sábios digitais”⁴. Dessa forma, é evidente que se faz necessário investir em educação nessa área, ampliando o papel formador da escola também para o uso consciente das novas tecnologias. É uma lacuna presente nessa instituição e, como temos visto, que reflete não só em seu interior, mas na sociedade como todo. Assim, a escola, como espaço educativo, precisa desenvolver ações previamente planejadas e estruturadas a fim de formar nessa área. Não apenas visando a prevenção da agressão virtual, mas também preparando os jovens dessa geração para o uso consciente, respeitoso, positivo e seguro de um ambiente novo, que é complexo, e que contém interações também complexas - o virtual.

Há um aumento do número de acessos à internet via dispositivos móveis. Dados divulgados no PNAD (IBGE, 2014) já indicavam que, entre os anos de 2013 e 2014, o celular havia superado o computador como principal dispositivo de acesso à internet nas residências brasileiras. Isso significa que está cada vez mais difícil para os educadores e

³ Prensky apresenta o termo nativo digital para indicar a geração de jovens que possui cinco ou mais anos de experiência online, a primeira geração conectada à rede mundial de computadores.

⁴ Prensky descreve o conceito de Sabedoria Digital, referindo-se a dois aspectos: tanto o conhecimento adquirido por meio da tecnologia quanto a própria sabedoria no uso da tecnologia.

as famílias acompanharem as atividades online de seus alunos ou filhos, devido à mobilidade dos dispositivos eletrônicos. Uma criança ou adolescente pode, por exemplo, ter restrições de acesso ao seu perfil nas redes sociais virtuais ou outros aplicativos diante dos pais e educadores, mas isso não garante que serão acompanhadas o tempo todo, uma vez que podem adentrar o ciberespaço de qualquer dispositivo eletrônico com acesso à internet, no celular de um amigo, por exemplo, longe da supervisão de um adulto. Ademais, entendemos que muitas famílias não têm formação para esse tipo de educação online, e também é necessária a reflexão e discussão coletiva sobre esse tema, o que só é possível na escola.

Por isso, controlar, punir, restringir ou até mesmo proibir o uso desses equipamentos pelas crianças e adolescentes parece não ser o melhor caminho para superar os problemas virtuais a que estão sujeitos. Então, o que fazer?

Investigação e discussão

Diante desse cenário, fomos em busca de respostas para essa intrigante e urgente indagação. Conduzimos uma pesquisa bibliográfica, do tipo Estado da Arte, com a finalidade de buscar, selecionar, descrever e analisar programas educativos nacionais e internacionais que atuam no sentido de intervir e prevenir a cyber agressão nas escolas. Para atingirmos nosso objetivo, realizamos, a princípio, uma busca por trabalhos publicados em periódicos acadêmicos. Selecionamos trabalhos divulgados entre os anos de 2000 e 2015, coletados nas bases de dados acadêmicas: Scielo, BVS, Eric, APA pshycnet e Bireme. Como encontramos um número reduzido de pesquisas, ampliamos nossas buscas por outros artigos, teses, dissertações e manuais e no site *Google Acadêmico*, bem como em livros indicados por pesquisadores de referência na área.

Utilizamos procedimentos metodológicos precisos para a coleta de trabalhos presentes na literatura, totalizando 19 fontes. Encontramos dados suficientes para analisar as propostas de 5 programas educativos: CONRED (ORTEGA-RUIZ et al, 2012), Espanha; KIVA (SALMIVALLI et al, 2011), Finlândia; BEATBULLYING (BANERJEE et al, 2010), Reino Unido; CYBERTRAINING (MATOS et al, 2011), Alemanha; PRIRES (AVILES, 2015), Espanha; curiosamente, todos europeus. Existe uma explicação para esse fato. Tínhamos como premissa buscar trabalhos expostos nas bases de dados científicos ou publicados em periódicos, ou que, ao menos, tivessem

passado por um critério científico; selecionamos somente essas publicações. O que não significa que não existam outros programas sugeridos por autores de outras partes do mundo; contudo, não foram analisados por nós, por não apresentarem rigor científico ou informações suficientes. Também acreditamos que existam outros bons programas educativos, inclusive brasileiros, aos quais não tivemos acesso neste momento, porque ainda não foram publicados.

Para descrever e analisar os cinco programas selecionados elaboramos seis categorias avaliativas: 1. Objetivo, 2. Referenciais teóricos, 3. Características, 4. Conteúdos, 5. Atividades, 6. Avaliação. Partimos de premissas que julgamos necessárias para o desenvolvimento de uma proposta educativa nessa área, a partir das discussões que realizamos em nosso estudo. Consideramos que um programa coeso deveria propor: a educação e não punição dos envolvidos; intervenções diretas aos casos que se conhecem na escola; a prevenção da agressão virtual por meio da educação moral e da educação digital; ações educativas que abordem conteúdos importantes para formação nessa área, tais como: o desenvolvimento da empatia virtual, controle das emoções e da impulsividade, privacidade, segurança; o envolvimento dos alunos em propostas em que possam se engajar na solução dos problemas virtuais; a formação da comunidade escolar (alunos, famílias e professores) para todos aturem juntos na prevenção e no combate da cyber agressão. Ademais, optamos por criar mais duas categorias em que pudemos correlacionar o objetivo do programa e os resultados obtidos após sua implantação.

Na sequência, apresentaremos os quadros comparativos dos programas a partir de cada categoria de análise, bem como teceremos algumas discussões a respeito dos resultados obtidos:

Quadro 1: Objetivos

PROGRAMA	CATEGORIA 1- OBJETIVOS
CONRED	Potencializar e sensibilizar a comunidade educativa para o uso seguro, positivo e benéfico da Internet e das Redes Sociais.
KIVA	Desenvolver e avaliar um projeto antibullying (abarca o cyberbullying) nas escolas Finlandesas.
BEATBULLYING	Organização não governamental que visa à prevenção do bullying/cyberbullying utilizando estratégias de apoio entre pares dentro e fora das escolas.
CYBERTRAINING	Elaboração de um manual de formação e informação, para ser utilizado por profissionais de educação envolvidos na formação de pais, agentes escolares e jovens, visando o combate ao cyberbullying.

PRIRES	Prevenção aos maus tratos em contextos virtuais; formar os sujeitos para que tomem decisões mais autônomas moralmente no ciberespaço.
--------	---

Fonte: Elaboração própria a partir da seleção de trabalhos acadêmicos.

A partir da análise dos documentos selecionados na coleta de dados pudemos constatar que os programas KIVA e BETABULLYING não contemplam estratégias que podemos considerar preventivas, pois propõem ações que são realizadas a partir do problema já instaurado. Por outro lado, o programa CONRED indica estratégias que consideramos de caráter preventivo, uma vez que propõe ações reflexivas sobre o cyberbullying, o risco de dependência da internet e a aprendizagem de estratégias de segurança para prevenir os problemas virtuais. Os programas CYBERTRAINING e PRIRES foram considerados os únicos que abarcam estratégias preventivas e interventivas; entretanto, com relação ao primeiro, apontamos algumas ressalvas. Isso porque este programa sugere o uso de um manual para o trabalho com os problemas virtuais, mas consideramos apenas a leitura desse instrumento inócua, uma vez que é suficiente apenas para informar, mas não para formar o profissional que atuará na escola.

Quadro 2: Referências teóricas

PROGRAMA	CATEGORIA 2- REFERENCIAIS TEÓRICOS
CONRED	Teoria do comportamento social normativo.
KIVA	Não foram apresentados. É baseado na concepção de que o bullying e o cyberbullying são fenômenos de grupo (ênfase nos espectadores).
BEATBULLYING	Não foram apresentados.
CYBERTRAINING	Não foram apresentados.
PRIRES	Premissas da educação moral.

Fonte: Elaboração própria a partir da seleção de trabalhos acadêmicos.

Validamos a ideia de que toda proposta educativa deva apresentar o respaldo teórico que a legitime e a fundamente. Nesse sentido, destacamos o programa espanhol CONRED, que evidenciou declaradamente a teoria científica que embasa as ações dos trabalhos. No entanto, divergimos de algumas ações do programa, pois elas apontam para a regulação dos sujeitos por meio de normatizações e convenções sociais, o que, em nossa visão, são mecanismos de regulação externa que não favorecem a autonomia moral. Gostaríamos de destacar e legitimar as ações do PRIRES, que, apesar de não apontar especificamente a corrente epistemológica que o embasa, parte de pressupostos teóricos da educação moral.

Quadro 3: Características

PROGRAMA	CATEGORIA 3- CARACTERÍSTICAS
CONRED	Aplicado por um especialista (pesquisador universitário); Duração: semanalmente durante 3 meses; Integra o currículo: sim.
KIVA	Aplicado pelos professores da escola que passaram por formação específica; Duração: 1 ano; Integra o currículo: sim.
BEATBULLYING	Aplicado pela equipe Beatbullying; Duração: não especificada; Integra o currículo: não.
CYBERTRAINNING	Aplicado por profissionais de educação; Duração: não especificada; Integra o currículo: não.
PRIRES	Aplicado por professores/tutores de convivência; Duração: Projeto Piloto (5 meses); Integra o currículo: sim.

Fonte: Elaboração própria a partir da seleção de trabalhos acadêmicos.

Podemos observar que o CONRED, o BEATBULLYING e o CYBERTRAINNING são desenvolvidos e implementados por profissionais externos à escola. Acreditamos que um bom projeto nessa área pode ser planejado por um especialista externo, contudo entendemos que ele é mais coerente se os próprios profissionais da escola são formados para desenvolver diretamente o trabalho com seus alunos ou dar continuidade à proposta após a saída dos pesquisadores, como acontece, por exemplo, nos programas KIVA e PRIRES. Assim, acreditamos que aumentam as chances de a proposta se transformar em um projeto da própria escola, e, portanto, ser pensada e planejada pelos próprios profissionais que nela atuam, integrando, dessa forma, o currículo escolar.

A esse respeito, podemos observar que os programas KIVA, CONRED e PRIRES integram os currículos escolares e os programas CYBERTRAINNING e BEATBULLYING não. Destacamos novamente o programa PRIRES, pois, além de fazer parte do plano de convivência da escola, caminha paralelamente às ações do projeto antibullying escolar.

Identificamos o tempo de duração dos programas KIVA (1 ano), PRIRES (5 meses) e CONRED (3 meses). Destacamos o KIVA, já que é o único a apresentar propostas para trabalhar com os alunos durante todo o ano letivo, característica considerada pertinente por nós, pois que sabemos que os problemas de âmbito virtual

não se esgotam e que a educação para o bom uso da tecnologia precisa ser contínua e permanente, sendo incorporada ao currículo escolar.

Quadro 4: Conteúdos

PROGRAMA	CATEGORIA 4- CONTEÚDOS
CONRED	Mostrar a legalidade e as ações prejudiciais do mau comportamento no espaço virtual; conhecer a existência de determinadas ações ligadas aos riscos virtuais, e expor como certas condutas não refletem ou promovem maior aceitação em determinado grupo.
KIVA	Discutir o comportamento adequado no ciberespaço, a necessidade do respeito; estratégias de enfrentamento ao cyberbullying, conscientização do papel que o grupo desempenha na manutenção do problema, e empatia.
BEATBULLYING	Habilidades de tutoria, comunicação, trabalho em equipe e uso técnico do site.
CYBERTRAINING	Princípios e estratégias de formação; TIC e segurança na Internet; Características do cyberbullying e combate a este problema.
PIRES	Privacidade, comunicação virtual, empatia virtual, pensamento consequencial, riscos na internet, autorregulação.

Fonte: Elaboração própria a partir da seleção de trabalhos acadêmicos.

Consideramos todos os conteúdos importantes para o desenvolvimento de um trabalho de prevenção e intervenção à cyber agressão. Contudo, destacamos a relevância e a urgência do trabalho propostas pelo programa PRIRES com relação: às questões relacionadas à privacidade no ciberespaço, à forma como nos comunicamos neste espaço, à empatia pelo outro virtual, à reflexão sobre as consequências das nossas ações na internet e ao estímulo à autorregulação das ações. Avaliamos positivamente, também, a importância da discussão sobre o comportamento adequado no ciberespaço e as estratégias de enfrentamento ao cyberbullying, propostas pelo programa KIVA; bem como o conhecimento dos riscos a que estamos sujeitos no espaço virtual, do CONRED, e a aprendizagem de estratégias de segurança na internet, proposta pelo CYBERTRAINING.

São conteúdos que acreditamos necessários e imprescindíveis discutirmos na atualidade, e que dão conta de trabalhar temas importantes, tais como: o anonimato na internet, a ausência de controle das informações pessoais, a permanência do conteúdo online, a rápida propagação das publicações no meio virtual, a invisibilidade dos internautas, a presença de uma ampla audiência, a falta de sensibilidade com o outro virtual, a necessidade de privacidade, a impulsividade, a falta de reflexão sobre as próprias ações e as ações dos outros no ciberespaço, entre outros.

Quadro 5: Atividades

PROGRAMA	CATEGORIA 5
CONRED	Alunos (EF II e EM): 8 sessões; Professores: 2 sessões; Famílias: 1 sessão; Comunidade educativa: campanhas de sensibilização; Educação moral: não; Educação digital: sim; Sistemas de apoio entre pares: não.
KIVA	Universais: Alunos EF I: 20 horas + ambiente virtual de aprendizagem; EF II: 4 temas/ano + ambiente virtual; Famílias: Manual (orientações sobre o bullying); Professores: formação + guia didático + slides; Comunidade: divulgação, emblemas, cartazes, coletes; Específicas: Discussões e reflexões com alvos e autores, bem como com colegas pró-sociais escolhidos, que são convidados a apoiar o colega vitimado; Educação moral: sim; Educação digital: não; Sistemas de apoio entre pares: sim, porém não sistematizados.
BEATBULLYING	Jovens de 11 a 25 anos de idade, que participam de oficinas de formação com duração de 2 dias; Aconselham e discutem sobre problemas relatados pelas vítimas; Sistemas de apoio entre pares: sim (cybermentores); Educação moral: não; Educação digital: não.
CYBERTRAINING	7 módulos: <ul style="list-style-type: none"> • Introdução à formação: princípios e estratégias; • Introdução às TICs e à segurança na Internet; • Características do cyberbullying; • Prevenir e combater o cyberbullying; • Trabalhar com pais; • Trabalhar com escolas; • Trabalhar com jovens; Sistemas de apoio entre pares: não; Educação moral: não; Educação digital: não.
PRIRES	Alunos (EF I e EF II): 8 sessões; Professores: formados para intervir; Famílias: participação em seminários; Sistemas de apoio entre pares: sim (cybermentores); Educação moral: sim; Educação digital: sim.

Fonte: Elaboração própria a partir da seleção de trabalhos acadêmicos.

Dentro da perspectiva teórica adotada por nós para a realização deste estudo, um programa nessa área deve estar embasado na educação moral. O programa PRIRES assume declaradamente essa premissa teórica; contudo, o KIVA, ainda que indiretamente, abarca algumas ações que também caminham nesse sentido, quando sugere, por exemplo, práticas reflexivas com os envolvidos em agressão virtual ou quando propõe a discussão de casos reais ou situações hipotéticas, em duplas e pequenos grupos.

Com relação à educação digital, que, para nós, são ações educativas que visam a instrumentalizar os sujeitos para o uso seguro, positivo e benéfico das redes sociais virtuais e de outras ferramentas da internet, os programas que abrangem essa função são os espanhóis CONRED e PRIRES, e parece-nos que o CYBERTRAINING também tem um módulo que prevê um trabalho nesse sentido. Mas notamos que o CONRED não realiza essa educação para uso positivo das tecnologias com os alunos mais novos (séries iniciais do Ensino Fundamental), o que seria essencial, já que estamos visando à prevenção por meio da formação.

Outro aspecto que contemplamos é a atuação educativa por meio de sistemas de apoio entre pares. Isso porque o número de espectadores de agressão online é muito maior se comparado ao número de alvos e autores, e, por isso, temos um número expressivo de sujeitos que podem intervir e prestar ajuda à vítima. Sabemos, também, que nas situações de agressão virtual, os pares da escola, geralmente, tomam conhecimento sobre o que está acontecendo com o alvo, uma vez que se relacionam ininterruptamente por meio de aplicativos ou redes sociais. Ademais, os alvos geralmente procuram, a princípio, os próprios colegas de escola para relatar alguma situação desrespeitosa que estão vivenciando online, como comprovaram diversos estudos (SMITH; SLONJE, 2008; YBARRA; MITCHELL, 2004; DEHUE et al., 2008; LIVINGSTONE et al., 2011). Isso significa que precisamos instrumentalizar esses sujeitos que só observam para que possam se colocar contra as práticas de agressão virtual. Podemos inferir, também, que sensibilizar os espectadores desenvolvendo estratégias em que possam se colocar no lugar do alvo, como fazem os sistemas de apoio entre pares, por exemplo, parece ser um caminho para superar esse tipo de violência que repercute na escola, uma vez que podem atuar sinalizando que as agressões virtuais não são aceitáveis, não são valorizadas pelos pares, ao contrário. Os programas PRIRES e BEATBULLYING propõem o trabalho com cybermentores, um tipo de estratégia de apoio entre iguais, e, ainda que não sistematizado e organizado, o

KIVA também. Os alunos cybermentores são elementos importantes dentro de um bom programa nessa área, pois são sujeitos formados para intervir especificamente em casos de agressão virtual. No caso do programa PRIRES, o trabalho é ainda mais vantajoso, pois, além de orientar e incentivar as vítimas a comunicarem os casos de cyberbullying aos adultos, também ajudam os colegas a não cometerem erros que são comuns no ciberespaço, a dosarem a comunicação de dados pessoais, evitarem respostas inadequadas, evitarem expor a intimidade, conhecer as estratégias de segurança, etc.

Por último, legitimamos o envolvimento dos atores escolares (famílias, professores, alunos e comunidade) em todos os programas educativos analisados por nós, com exceção do BEATBULLYING, pois consideramos necessário formar e instrumentalizar as famílias e os profissionais da escola para lidar com problemas de âmbito virtual, que podem tanto acometê-los quanto acometer seus filhos ou alunos.

Quadro 6: Avaliação e resultados

PROGRAMA	CATEGORIA 6- AVALIAÇÃO E RESULTADOS
CONRED	893 alunos, de 11 a 19 anos (experimental e controle), 6 Instrumentos; Os resultados refletiram mudanças positivas (3 conteúdos).
KIVA	18.412 alunos (experimental e controle); Instrumento avalia o bullying (2 questões de cyberbullying apenas); Efeitos positivos do programa sobre cybervitimização (alvos de cyberbullying).
BEATBULLYING	Estudo comparativo; Participantes: 62 escolas/106 sujeitos; A maioria (80%) considerou os conselhos dos cybermentores úteis e disse que voltaria a procurá-los se precisasse/recomendaria a um amigo.
CYBERTRAINING	O manual não foi avaliado, mas contou com uma investigação prévia, em que foram construídos e aplicados questionários abertos e online, visando identificar as necessidades e as principais dificuldades dos profissionais em educação na área do cyberbullying.
PRIRES	418 alunos do EFII, 1 Instrumento (Pré e pós-teste); Maior conscientização: riscos, enfrentamento, intimidade, público e privado, consequências das ações; Redução: número de registros de incidentes relacionados aos conflitos interpessoais na internet.

Fonte: Elaboração própria a partir da seleção de trabalhos acadêmicos.

Primeiramente, informamos que não tivemos acesso a nenhum instrumento na íntegra utilizado para avaliar os programas; isso significa, portanto, que não temos elementos suficientes para julgar as estimativas e os resultados descritos pelos autores, uma vez que não dispomos de detalhes dos modelos avaliativos.

Contudo, é possível constatar que os programas CONRED e KIVA foram amplamente avaliados, pois contaram com uma amostra expressiva de participantes. Também coletaram dados, assim como PRIRES, antes e depois da aplicação do programa. São ações estimadas; no entanto, indagamos se garantem, de fato, a avaliação da eficácia do programa. Isso porque os instrumentos utilizados podem não ser adequados para medir se as estratégias aplicadas foram suficientes para refletir mudanças. Questionamos, por exemplo, se o tempo curto de intervenção proposto pelo CONRED (apenas 3 meses) foi suficiente para encontrarem resultados satisfatórios. Ou, ainda, o programa KIVA, que mediu apenas os resultados do programa com os cyber agressores e cyber vítimas, e não com os espectadores, principal grupo de atuação do programa.

Destacamos também a forma como o BEATBULLYING foi avaliado. O programa obteve resultados positivos quando comparado com outras estratégias pontuais realizadas em escolas britânicas, mas identificamos que o número de sujeitos da amostra é reduzido (se comparado aos programas KIVA e CONRED). Ademais, o instrumento utilizado foi suficiente para examinar a percepção dos participantes (vítimas e cybermentores) do programa, e não para avaliar o programa em si. Explicamos: os alvos que procuraram a ajuda dos cybermentores foram avaliados por meio de autorrelatos sobre os incidentes; os resultados indicaram que denunciaram o caso para alguém, que consideraram os conselhos dos cybermentores úteis e que voltariam a procurá-los se precisassem. Da mesma forma, os cybermentores também foram convidados a relatar suas experiências de prestar ajuda, indicando o tipo de apoio que deram às vítimas, a sua formação e a utilidade do aconselhamento e apoio prestado à vítima. Podemos inferir que tais resultados não garantem a medida da eficácia do programa com relação à prevenção e à intervenção aos casos de agressão virtual, e, sim, a forma como os participantes consideraram a intervenção.

Além disso, destacamos a investigação prévia realizada pelos pesquisadores do CYBERTRAINING, uma vez que se preocuparam em conhecer as necessidades e as principais dificuldades dos profissionais em educação com relação ao tema cyberbullying. Mas ponderamos como uma grande lacuna neste programa a ausência de uma avaliação posterior à aplicação do manual. Ressaltamos que o PRIRES contou com uma amostra significativa de sujeitos avaliados, mas ainda são necessárias a aplicação e a avaliação do programa em larga escala, envolvendo também os alunos mais novos, como já discutimos anteriormente.

Considerações finais

Em síntese, encontramos dados satisfatórios para a análise dos programas e, de modo geral, os resultados assinalaram aspectos positivos em todos os programas selecionados. O programa PRIRES atendeu, de forma geral, os critérios que julgamos necessários para a realização da análise das propostas selecionadas por nós. Ressaltamos que o programa contempla aspectos importantes para o desenvolvimento de um trabalho criterioso nessa área, tais como: a prevenção e intervenção à agressão virtual; o embasamento da proposta na educação moral; ações voltadas para a educação digital; a formação de alunos para integrar sistemas de apoio entre pares; a aplicação das atividades por professores da escola em parceria com os alunos cybermentores; o envolvimento de toda a comunidade educativa (professores, alunos e famílias); a avaliação do programa e apresentação de resultados positivos (embora os autores apontem que outras avaliações são necessárias). Como limitações do programa citamos o número de sessões realizadas com os alunos (oito sessões) e o fato de ainda não ter sido aplicado e avaliado em larga escala. No entanto, o consideramos um programa de referência, que poderá inspirar futuras ações em escolas brasileiras, uma vez que, do ponto de vista da educação moral numa perspectiva construtivista, apresenta elementos essenciais para o desenvolvimento de uma proposta educativa satisfatória, visando à prevenção e à intervenção no combate à cyber agressão.

Contudo, não podemos deixar de citar a relevância dos outros programas, como, por exemplo, o KIVA e CONRED, que também apresentaram aspectos positivos dentro das categorias de análise levantadas por nós, tais como a integração ao currículo, o trabalho com conteúdos importantes, como o vício em internet (CONRED) e estratégias de apoio entre iguais (KIVA), o fato de envolverem toda a comunidade escolar no trabalho com o cyberbullying, bem como a realização de avaliação do programa em larga escala. Os programas BEATBULLYING e CYBERTRAINING, embora não atendam a maioria das premissas consideradas por nós, também apresentam elementos positivos que não podemos desconsiderar. Citamos o trabalho de formação de jovens cybermentores (BEATBULLYING) e o fato de o manual (CYBERTRAINING) contemplar estratégias preventivas e interventivas aos casos de cyberbullying que se conhecem na escola.

Não identificamos nos programas atividades que visam à diferenciação e à discussão dos diferentes tipos de agressão virtual com que convivemos hoje, tais como

sexting, shaming, cyber assédio, entre outros; mas acreditamos que as propostas abarcam esses conteúdos de forma indireta quando discutem, por exemplo, as facetas do fenômeno cyberbullying, a exposição demasiada e falta de privacidade na internet e redes sociais, ou, ainda, as estratégias de segurança no ciberespaço. Sabemos também que são termos recentes e muitas vezes usados como sinônimo de “cyberbullying”, e estas, talvez, sejam explicações para o fato de não comporem os programas.

Gostaríamos de ressaltar a importância de um programa ser flexível, no sentido de abarcar temas novos, pois surgem, de forma muito rápida, outras situações, aplicativos, ambientes e plataformas online que propiciam novas experiências e interações. Por isso, é importante que os educadores responsáveis pelo desenvolvimento desse trabalho com os alunos estejam atentos ao que está acontecendo na web para que possam discutir com os alunos.

Nossa pesquisa constatou que nas principais bases de dados acadêmicas da área há a ausência de programas educativos brasileiros que visam o combate e a prevenção da agressão virtual. Vimos também que os procedimentos utilizados em grande parte de nossas escolas para lidar com situações de violência no âmbito virtual são pouco eficazes e geralmente intervêm após a ocorrência do problema, não atuando de forma preventiva. Além disso, a tecnologia comumente não é utilizada em sala de aula como instrumento pedagógico, tampouco como conteúdo de trabalho.

Consideramos a violência, seja ela presencial ou virtual, como um problema moral, uma vez que há a ausência do valor do respeito, tolerância, entre outros valores morais. Sabemos que uma das grandes funções da escola é a formação moral de seus alunos, e, mesmo que alguns educadores não reconheçam esse papel, muitos estudos (ARAÚJO, 1993; VINHA, 2000; TOGNETTA, 2003) indicam que as escolas influenciam de modo significativo na formação moral das crianças e jovens, quer queiram ou não. E se essa formação também ocorre na escola, é preciso que essa instituição atue na prevenção de problemas em que há a ausência de um conteúdo moral, como nos casos de agressão online, por exemplo.

A escola também é o espaço de socialização, responsável pela educação no âmbito coletivo e, portanto, favorável à aprendizagem da convivência respeitosa; e agora a convivência inevitavelmente incide também no ciberespaço. Dessa forma, uma das missões das escolas atualmente seria formar os alunos em seu processo de socialização e convivência nessa nova sociedade, a digital (JIMERSON et al., 2006; ORTEGA-RUIZ et al., 2013).

Diante do exposto, acreditamos na necessidade e urgência de trabalhar-se a educação digital nas escolas, visando não só a prevenção da agressão virtual, mas também o aprendizado do uso das ferramentas tecnológicas. O objetivo deve ser formar os sujeitos para utilizar as novas tecnologias de forma positiva, segura e respeitosa.

Defendemos a premissa de que, para o desenvolvimento de um bom trabalho nessa área nas escolas brasileiras, não bastam ações pontuais ou projetos transversais, muito menos acreditar que a perspectiva legalista é suficiente. Ações educativas desenvolvidas com esse intuito precisam estar pautadas no método ativo, reflexivo, sem abarcar o caráter de transmissão/doutrinação. Ademais, não podem perdurar durante um curto espaço de tempo; é preciso que seja uma cultura da escola lidar com problemas e situações de âmbito virtual. E mais, a escola precisa admitir a educação online também como sua responsabilidade, não como concessão, mas assumindo o papel que tem enquanto instituição formadora, de se adequar a fornecer uma educação sobre aquilo que os jovens efetivamente precisam.

Tais ações também precisam integrar a dimensão ética da escola, ou seja, um bom programa voltado para a prevenção e educação online deve ser parte de um projeto maior, de um plano institucional de melhoria da convivência, que envolva toda a comunidade educativa. O plano precisa integrar o Projeto Pedagógico e conter ações relacionadas à melhoria da convivência e à prevenção da violência, por meio da educação moral e oferecimento de um ambiente sociomoral mais cooperativo. Sim, pois, defendemos a necessidade de se estabelecerem na instituição escolar relações de cooperação e respeito mútuo; de se propiciar possibilidades de participação ativa no conhecimento e de serem oferecidos espaços de participação efetivos. Nesse contexto, são fundamentais procedimentos como: assembleias escolares; a implantação de sistemas de apoio entre pares; o trabalho com jogos de expressão de sentimentos; a revisão e reorganização das regras existentes; a mudança na concepção dos conflitos, a aplicação de sanções educativas; a comunicação construtiva; o oferecimento de uma gestão mais democrática; intervenção aos problemas de bullying escolar; o trabalho com os procedimentos da educação moral; o envolvimento da família; e, porque não, a educação online.

Consideramos a necessidade do desenvolvimento de programas nas escolas brasileiras embasados no que as ciências têm produzido sobre o tema, pois acreditamos que pesquisas acadêmicas podem e devem nortear as ações educativas, indicando estratégias mais assertivas e dimensões importantes que precisam ser contempladas num

trabalho nessa área. Acreditamos que a presente proposta de trabalho pode fornecer subsídios necessários para embasar ações futuras nas escolas brasileiras, ou mesmo fundamentar o desenvolvimento de novas propostas educativas validadas cientificamente, adequando-as à realidade de cada instituição de ensino.

Por fim, enfatizamos que defendemos uma educação que vise à formação de sujeitos mais éticos e que invista na qualidade das relações interpessoais pautadas em valores morais também no ambiente virtual. Acreditamos numa escola que considera os problemas online que afetam a vida dos atores escolares como importantes e, portanto, promove espaços sistematizados para a discussão desses e de outras questões advindas das relações interpessoais, favorecendo, dessa forma, um clima escolar positivo e a convivência respeitosa entre seus membros.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, U. F. **Um estudo da relação entre o "ambiente cooperativo" e o julgamento moral na criança**. Campinas, 1993. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da UNICAMP.
- AVILÉS MARTÍNEZ, J. M. **Proyecto Antibullying: Prevencion del bullying e cyberbullying em la comunidad educativa**. Madrid: editorial CEPE, 2015.
- BANERJEE, R., ROBINSON, C. AND SMALLEY, D. Evaluation of the Beatbullying peer mentoring programme. **Brighton**: University of Sussex and University of Brighton. 2010. Disponível em: <<http://www.sussex.ac.uk/Users/robinb/>>. Acesso em: 27 fev. 2017.
- BOZZA, T. C. L; VINHA, T. P. Quando a violência virtual nos atinge: os programas de educação para a superação do cyberbullying e outras agressões virtuais. **Revista Iberoamericana**.
- GRIGG, D. W. Cyber-Aggression: Definition and Concept of Cyberbullying. **Australian Journal of Guidance & Counselling**. v. 20, n. 2, p. 143–156, 2010.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2014. [online]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/>> Acesso em: 09 nov. 2015.
- JIMERSON, S. R.; PLETCHER, S. M. W.; GRAYDON, K. et al. Beyond grade retention and social promotion: Promoting the social and academic competence of students. **Psychology in the Schools**, 43 (1), 2006, p. 85–97.

LIVINGSTONE, S.; HADDON, L.; GÖRZIG, A.; ÓLAFSSON, K. **Risks and safety on the Internet: The perspective of European children. Full findings.** LSE, London: EU Kids Online, 2011. Disponível em: <[http://www.lse.ac.uk/media%40lse/research/EUKidsOnline/EU%20Kids%20II%20\(200911\)/EUKidsOnlineIIRreports/D4FullFindings.pdf](http://www.lse.ac.uk/media%40lse/research/EUKidsOnline/EU%20Kids%20II%20(200911)/EUKidsOnlineIIRreports/D4FullFindings.pdf)>. Acesso em: 8 mar. 2015.

MATOS, A.; PESSOA, T.; AMADO, J.; JÄGER, T. Agir contra o Cyberbullying – **Manual de Formação.** Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania", Braga, Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2011.

NICOL, S. Cyber-bullying and trolling. **Youth Studies Australia**, V. 31, n. 4, 2012.

ORTEGA-RUIZ, R.; DEL REY, R.; CASAS, J. A. Redes Sociales y Cyberbullying: El Proyecto ConRed. **Revista Convives**, 2013. p. 34-44. Disponível em: <http://convivenciaenlaescuela.es/?page_id=541>. Acesso em 16 jan. 2014.

PRENSKY, M. H. sapiens digital: From digital immigrants and digital natives to digital wisdom. *Innovate*, 5(3), 2009. Disponível em: <<http://nsuworks.nova.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1020&context=innovate>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

SALMIVALLI, C.; KARNA, A.; POSKIPARTA, E. Counteracting bullying in Finland: The KiVa program and its effects on different forms of being bullied. *International Journal of Behavioral Development*, 35(5), p. 405–411, 2011.

SMITH, P. K.; SLONJE, R. Cyberbullying: Another main type of bullying? **Scandinavian Journal of Psychology**, 2008, p. 147–154.

TOGNETTA, L.R. P. **A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola: uma proposta de trabalho com as virtudes numa visão construtivista.** Campinas, SP: Mercado das Letras/ São Paulo: Fapesp, 2003.

TRUZZI, G. L. **Cyberbullying, cyberstalking e redes sociais: Os reflexos da perseguição digital,** 2009. Disponível em: <<http://www.truzzi.com.br/pdf/artigo-cyberbullying-cyberstalking-redes-sociais.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

VANDEBOSCH, H.; VAN CLEEMPUT, K. Defining Cyberbullying: A Qualitative Research into the Perceptions of Youngsters. **Cyberpsychology & Behavior**, v.11, n. 4, 2008.

VINHA, T. P. **O educador e a moralidade infantil - uma visão construtivista.** Campinas, SP: Mercado de Letras/FAPESP, 2000.

VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. A construção da autonomia moral na escola: a intervenção nos conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525-540, set./dez. 2009.

YBARRA, M.; MITCHELL, K. Youth engaging in online harassment: associations with caregiver-child relationships, internet use, and personal characteristics. **Journal of Adolescence**, 27, 2004, p. 319-336.

WILLARD, N. **Cyberbullying and Cyberthreats Effectively Managing Internet Use Risks in Schools**, 2007. Disponível em:

<https://www.occhd.org/system/files/1041/original/Cyberbullying_and_Cyberthreats.pdf?1281106034/>. Acesso em: 10 abr. 2015.

Como referenciar este artigo

BOZZA, Thais Cristina Leite.; VINHA, Telma Pileggi. Quando a violência virtual nos atinge: os programas de educação para a superação do cyberbullying e outras agressões virtuais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1919-1939, jul-set/2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riace.v12.n.3.2017.10369>>. E-ISSN: 1982-5587.

Submetido em: 30/03/2017

Aprovação final em: 09/07/2017